



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua General Osório, 979 – Canguçu – RS – Cep: 96.600-000 – Telefone: 0xx 53 3252 15 28

E-mail: secretaria@camaracangussu.rs.gov.br

Ofício Nº 0137/17/SCV

Canguçu/RS, 07 de março de 2017.

Exmº Deputado:

RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

Brasília/DF

Assunto: **MOÇÃO DE REPÚDIO A PEC Nº 287**

Senhor Presidente:

Cumprimento-o cordialmente, em atenção ao requerimento Nº 047/2017(anexo), desta Casa Legislativa, de autoria do vereador Erroldisnei Borges(PT), subscrito pelos vereadores: Neviton Nornberg(PDT), Marcelo Maron(PTB), Eduardo Martins(PTB), Luciano Betinetti(PMDB), Silvio Neutzling(PMDB), Leandro Ehlert(PMDB), Adolfo Griep(PMDB), Carlos Rodnei Jacondino(PSDB), Augusto Cesar da Silva(PSB), João Sodré(PRB), Ubiratan Rodrigues(PP), Cristiano Aguiar Dias(PP), Cesar Madrid(PP), contendo **MOÇÃO DE REPÚDIO A PEC Nº 287 DE 2016, QUE TRATA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA.**

Na convicção de sua habitual e proverbial atenção, renovo voto de estima e apreço.

Cordialmente.


JOÃO LUIS MENDES SODRÉ
Presidente

C=213010

Secretaria da Câmara da Mesa Sessão 16/14/16/2017 17:35
Portada
Ass: [Handwritten Signature]
0137/17/SCV



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PROCESSO: *107*
AS COMISSÕES:

- Constituição e Justiça
- Finanças
- Educação

Data: _____

Presidente

MOÇÃO DE REPÚDIO

Senhor Presidente
Senhores Vereadores

Os Vereadores infra-assinados, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Regimento Interno desta Câmara Municipal, requer que, após trâmite regimental, seja encaminhado:

MOÇÃO DE REPÚDIO

A PEC nº 287 de 2016, que trata da Reforma da Previdência.

Solicitam que seja encaminhada para a Câmara e o Senado Federal, Moção manifestando nosso absoluto repúdio ao referido Projeto, que prevê a retirada de direitos dos trabalhadores, externando nossa preocupação com os impactos que a aprovação da mesma causaria aos trabalhadores rurais e urbanos.

Considerando nossa convicção da importância de nos posicionarmos contra esse vergonhoso Projeto, e fundamentados no ponto de vista dos demais Vereadores desta Casa Legislativa e da população canguçuense e da região, que opinaram da mesma forma em Audiência Pública realizada no dia 20 de Fevereiro de 2017, onde debatemos o projeto de Reforma da Previdência, reiteramos nosso repúdio à PEC nº 287 de 2016.

Solicita que cópia desta, e cópia da Ata da Audiência Pública citada anteriormente, acompanhem a moção a ser entregue, anexada a este requerimento.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL
CANGUÇU (RS), 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

Erroldisnei Borges
ERROLDISNEI BORGES
Vereador/Bancada PT

Neviton Nornberg
NEVITON NORBERG
Vereador/Bancada PDT

"DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!"

[Signature]
PSB

[Signature]
PSB

[Signature]
42-10714
Bancada PT

[Signature]
PP

Erroldisnei Borges
Bancada PTB
Neviton Nornberg
Bancada PTB

[Signature]
PMDB

Handwritten signature and stamp
Aprovado por Unanimidade
03/11/16

MOÇÃO DE REPUDIO:

No momento em que a Câmara dos Deputados está em vias de analisar e decidir sobre a (PEC) nº 287, de 2016, a Reforma da Previdência, a Câmara de Vereadores de Canguçu sente-se no dever de registrar os seguintes aspectos sobre essa PEC:

1. A PEC 287/2016 representa um profundo e grave ataque ao Estado de Bem-Estar Social contemplado pela Constituição de 1988, que erigiu a Seguridade Social como um de seus pilares, e a Previdência Social e a assistência aos desamparados, em especial, como direitos sociais a serem preservados e assegurados pelo Estado.
2. As exigências estabelecidas pela PEC 287/2016 para a aquisição futura de direitos tornarão a aposentadoria e as pensões quase inatingíveis para a esmagadora maioria dos trabalhadores, que precisarão contribuir por, no mínimo, 25 anos para ter direito a aposentadoria por velhice, e 49 anos para terem direito a um provento de aposentadoria de 100% da média de suas contribuições.
3. A igualação de homens e mulheres, com idade mínima de 65 anos e mesmas regras de cálculo de benefícios, trará enorme prejuízo a uma parcela expressiva da população que, ainda hoje, enfrenta enormes dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de cômputo do tempo de contribuição, além da diferença de salários, em face das obrigações familiares e da própria maternidade, que acarreta, para muitas, face a ausência de creches e assistência estatal adequadas, a necessidade de interromper suas carreiras profissionais.
4. A inacreditável possibilidade de que as pensões sejam de valor inferior ao salário mínimo compromete e fragiliza a garantia do sustento familiar. A extinção das cotas de pensão quando os filhos perderem a condição de dependente agravará ainda mais a situação de penúria de cônjuges que não terão condição de complementar a renda.
5. A equiparação de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos terá, também, graves consequências, em contexto de profunda desigualdade social, desestimulando ainda mais a permanência do homem no campo e sua indispensável contribuição para a segurança alimentar do país.

Handwritten signature

6. A aplicação de regras de cálculo de benefício baseadas em tempo de contribuição, a partir de um piso de 51%, implicando 49 anos totais de contribuição para o benefício integral, atingirá tanto os trabalhadores do setor privado quanto servidores públicos, tornando, para os servidores, praticamente obrigatória a permanência no cargo até a aposentadoria compulsória, o que terá efeitos perversos sobre os fluxos de carreira na Administração Pública, impedindo, ademais, a correta renovação dos quadros em áreas críticas além de comprometer um relevante instrumento de promoção social.

7. Na segurança pública, o fim da aposentadoria por atividade de risco é um grave erro, pois compromete a própria eficiência e efetividade das forças policiais, agravando o quadro atual já comprometido por baixa remuneração, em especial nos Estados da Federação.

8. As regras de transição propostas, aplicáveis somente aos segurados do RGPS e servidores com mais de 45 ou 50 anos, desrespeitam e agridem gravemente expectativas legítimas de direito, desconsiderando o tempo de contribuição de cada um, a data de filiação ao RGPS ou Regime Próprio de Previdência. Particularmente no caso dos segurados do INSS, a aplicação imediata da nova regra de cálculo do benefício joga por terra decisões recentes acordadas entre Governo e Congresso, que permitiram a superação do fator previdenciário com base na soma de tempo de contribuição e idade. A nova regra trará grandes perdas a todos os segurados, atuais e futuros, no cálculo de seus benefícios.

9. O conjunto de medidas propostas tornará a Previdência Social, no Brasil, um direito de difícil ou quase impossível alcance. Comparando-se com o que já aplicam países desenvolvidos, onde a importância da previdência na renda das famílias é menor do que no Brasil, teremos um dos regimes previdenciários mais rigorosos do mundo!

10. A "reforma" atinge, inclusive, benefícios assistenciais para idosos e deficientes físicos carentes, dificultando o acesso a eles e desvinculando-os do salário mínimo, atingindo, assim, uma parcela da sociedade para a qual tais benefícios são essenciais à sua dignidade. Isso se dá a pretexto de que tais benefícios são "elevados" em comparação com a renda média da população, mas esse fato apenas revela o quanto, no Brasil, a renda média do trabalhador é baixa.

11. O quadro apontado de "déficit" da Previdência Social é, antes de tudo, um reflexo da própria crise econômica atual, e não uma característica intrínseca do regime. Ao longo de sua história, a previdência foi superavitária por décadas, e os recursos excedentes foram aplicados pelo Estado ao seu bel-prazer em finalidades estranhas à sua capitalização.

12. Apenas no período 2015-2017, as renúncias fiscais no âmbito da Previdência Social (considerando desonerações, SIMPLES, entidades filantrópicas, MEI e exportadores rurais, entre outras de menor valor) totalizam R\$ 187,1 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional. Na seguridade social, as renúncias fiscais estimadas apenas para o ano de 2017 são de mais de R\$ 151 bilhões.

13. Enquanto isso, a dívida ativa total da União, incluindo contribuições previdenciárias não recolhidas, ultrapassa R\$ 1,8 trilhão. Desse total, mais de R\$ 403 bilhões são dívidas de contribuições previdenciárias. O quadro de Procuradores da Fazenda Nacional, porém, é de somente pouco mais de 2.000 Membros e sem carreira de apoio.

14. Ainda assim, tramitam no Congresso Nacional proposições para privatizar a execução da dívida ativa, ou a cessão de direitos originários de créditos tributários a pessoas jurídicas de direito privado, sob a perspectiva, também presente na Reforma da Previdência, da privatização, transferindo renda pública para o setor privado, em desprestígio ao Estado e suas instituições.

15. Por isso, em lugar de defender reformas com caráter privatista, excludente e injusto, o Governo deveria atentar, antes, para as renúncias fiscais, evasão e sonegação, e assegurar uma gestão transparente e profissional da Previdência Social, promovendo reformas ajustadas ao perfil socioeconômico da sociedade e com regras de transição que permitam aos novos segurados adaptar suas trajetórias profissionais aos novos requisitos.

Canguçu/RS, 20 de fevereiro de 2017.





CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Aprovado por Maioria

**PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA
ATA Nº 15/17 – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA DIA 20 DE FEVEREIRO 2017.**

No dia 20(vinte) de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas, na Sala de Sessões Deputado Joaquim de Deus Nunes da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, teve início a presente Audiência Pública da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Sétima Legislatura, em atendimento ao disposto no Requerimento Nº 02/2017 de autoria do vereador Erroldisnei Borges e Edital Nº 03/17/AP, versando sobre a reforma trabalhista e previdenciária, com a presença dos seguintes Vereadores: João Luis Mendes Sodré - Presidente; Neviton Nornberg - Primeiro Vice-Presidente; Luciano Zanetti Bertinette - Primeiro Secretário. Bancada do PP: César Madrid, Cristiano Aguiar Dias e Ubiratan Cardoso Rodrigues. Bancada PSDB: Carlos Rodnei Ribeiro Jacondino. Bancada do PMDB: Adolfo Neutzling Griep, Leandro Gauger Ehler e Silvio Venzke Neutzling. Bancada do PSB: Augusto César da Silva. Bancada do PTB: Carlos Eduardo Domingues Martins e Marcelo Romig Maron. Bancada do PT: Erroldisnei Borges de Borges. Abertura pelo presidente, convidou vereador Erroldisnei para compor a mesa na qualidade de secretário, solicitou vereador Neviton leitura de trecho bíblico e na sequência solicitou ao secretário leitura do requerimento que originou a audiência. Presidente convidou o proponente vereador Erroldisnei para que assumira a presidência e conduza a audiência pública. Convidados para compor a mesa: representante do CPERS – Mara Rosana Rosa Foltz; Pedro Adão – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu; SIMCA – Celis Madrid; Deputados Estaduais José Nunes e Pedro Pereira; Prefeito Marcus Vinicius Pegoraro; representante do deputado federal Afonso Hamm, senhor Cassio Mota; Nilso Loeck - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas. Na sequência disponibilizou cinco minutos aos integrantes da mesa. CPERS – Mara Rosana Rosa Foltz – criticou o alinhamento estadual e federal e as mudanças propostas pelo atual governo, dizendo que recentemente ocorreu um golpe reconhecido mundialmente, esperando que a população se mobilize contra as alterações propostas. Na sequência presidente registrou a presença de todos servidores da EMATER e das demais entidades presentes, justificando a ausência do vereador Rubens. Celis Madrid – SIMCA – ressaltou os prejuízos decorrentes das propostas apresentadas na área previdenciária e trabalhista, ressaltando a necessidade de mobilização da população. Na sequência o advogado Marcelo Vieira, fez uma explanação do projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados e seus reflexos. Durante a exposição, prefeito municipal solicitou o palestrante rever suas palavras em relação ao deputado federal Alceu Moreira, distorcendo a colocação do mesmo, em relação ao seu parecer quanto à matéria, havendo inclusive decisão judicial acerca do tema. Na sequência Marcelo Vieira salientou necessidade de um acompanhamento permanente sobre as reformas, encerrando sua explanação agradecendo a oportunidade. Prosseguindo presidente Erroldisnei colocou a disposição a palavra aos demais integrantes da mesa. Pedro Adão – manifestou a apreensão do movimento dos sindicatos rurais quanto ao tema, preocupado com a redução de direitos dos produtores rurais. Salientando sua preocupação com as mudanças propostas, solicitando que esta casa apoie a proposta que repudia as mudanças, dizendo que o sindicato estará expondo a nominata dos deputados que votarem a

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

favor e contra a PEC, independente das suas siglas partidárias, entendendo extremamente importante a participação dos vereadores neste momento, externando aos deputados e senadores a vontade da população. Nilson Loeck – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas e membro da regional sul dos trabalhadores rurais, manifestando seu apoio a manifestação do Pedro Adão, dizendo que a posição contrária deve ser ordeira e pacífica, salientando as dificuldades dos produtores rurais, entendendo de suma importância a participação dos jovens e utilização dos meios sociais manifestando a contrariedade da comunidade junto aos parlamentares federais. Cassio Mota representando o deputado federal Afonso Hamm – disse que a comunidade não pode ser penalizada com a perda de direitos adquiridos pela má aplicação dos recursos públicos, na sequência apresentou um vídeo com pronunciamento do deputado Afonso Hamm, manifestando-se contrário a retirada de direitos dos trabalhadores. Deputado Estadual Pedro Pereira – lamentou o envolvimento de número elevado de deputados federais e senadores na operação lava jato, de várias cores partidárias, inclusive do seu salientando que estará solicitando a expulsão de todos envolvidos na lava jato, existindo o risco de ocorrer um acordão para beneficia-los e prejudicar trabalhadores. Deve haver uma cobrança efetiva da população, sobre os deputados e senadores, entendendo que deve ser feita retirada de benefícios aos altos salários, sem jamais penalizar os que recebem pouco a exemplo do salário mínimo, posicionando-se contrário a retirada de direitos dos trabalhadores urbanos e dos agricultores. Deputado José Nunes – criticou a postura do governo federal na condução de sua política econômica e social, entendendo que o objetivo do governo federal é privatizar a previdência beneficiando grandes grupos econômicos, prejudicando trabalhadores urbanos e rurais. Criticou o relatório do deputado Alceu Moreira, que foi emitido em vinte e quatro horas, entendendo inaceitável dado a relevância do tema, ressaltando a importância da manifestação popular contrária as mudanças da previdência. Prefeito - Marcus Vinicius – disse que o tema deve ser analisado sem paixões partidárias, reportando-se ao passado onde o sindicato rural, na época sob a presidência de seu avô, foi um dos responsáveis por estas conquistas. Disse que tem posição clara contrária as alterações propostas pelo governo federal, embora o presidente seja de seu partido, dizendo que fara pressão sobre as autoridades federais para que se posicionem contrário as mudanças propostas que retiram direitos dos agricultores. Aberta a participação popular, pelo presidente, apresentando antes para análise da casa: Moção de repúdio contrária as alterações e criação de uma comissão municipal de acompanhamento, marcando a primeira reunião para próxima quarta-feira as treze horas, no plenário da Câmara Municipal. Cacemiro: solicitou aos vereadores uma cobrança incisiva sobre os representantes estaduais e federais, para serem contrários. Cedeni Ferreira – manifestou seu repúdio as alterações propostas pelo governo federal, principalmente as que atingem aos produtores rurais, agradecendo as explicações e cumprimentando a posição adotada pelo sindicato rural em expor as posições dos deputados favoráveis ou contrárias. Pedro Henrique – representando a FETRAF E SITRAF cumprimentou as explicações e elucidações apresentadas pelo advogado Marcelo, alertando para as votações que acontecem sem o conhecimento da população. Salientou o trabalho árduo do produtor rural. Giovana Lemes –

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Associação da Florida 3 – disse que representa as mulheres, entendendo extremamente maléfica as alterações propostas na previdência, esperando que a população se mobilize contrária as medidas. José Nei – representando a deputada estadual Mirian Marrone – salientando a importância da aposentadoria rural e a sistemática proposta será extremamente prejudicial, entendendo que a previdência não é gasto é investimento na qualidade de vida, principalmente no meio rural. João Pinheiro de Abreu - Disse que os prejuízos serão gerais, sugeriu uma mobilização sem cores partidárias, e uma avaliação na administração da previdência. Nilo Schiavon – salientou que o produtor rural dificilmente busca seus direitos, apenas trabalha, entendendo que os políticos locais seus representantes devem expressar este sentimento contrário aos deputados e senadores. Erroldisnei – disse que deve haver uma mobilização estadual nos dias oito e vinte março. Neiva cumprimentou a participação na audiência e a importância das mulheres na mobilização. Vereador Tales Schneider – do Morro Redondo – manifestando o apoio a iniciativa da casa. Pedro Adão informou que deverá ocorrer uma manifestação dia onze de março em Santana do Livramento das mulheres. Encerrada a participação popular foi disponibilizado tempo aos vereadores. Neviton apresentou dados demonstrando que a previdência é superavitária, lamentando que recursos que são desvinculados da previdência em favor de grandes empresas. Entende que o governo quer aumentar o desemprego para com isto reduzir os rendimentos dos trabalhadores. Lamentou parecer favorável as alterações emitido pelo deputado federal Alceu Moreira em vinte e quatro horas. Salientou a importância da mobilização popular. Carlos Rodnei – disse que os projetos devem ser debatidos com a população e, que a mobilização popular foi responsável pela cassação do ex presidente Collor e Dilma, e que esta mesma mobilização deve ser mantida e pressionando o congresso nacional, evitando a aprovação de projetos contrários aos trabalhadores rurais e urbanos. Cristiano – posicionou-se contrário as mudanças e que esta cobrando posição neste sentido do deputado federal Afonso Hamm, que já manifestou-se contrário a mudança, lamentou o parecer favorável do deputado Alceu Moreira e a do deputado Nelson Marchezan que abandonou a população gaúcha em favor da população de Porto Alegre. Augusto Cesar informou que a bancada do PSB – Heitor Schug e Stedile manifestaram-se contrário a formula apresentada, no entanto esta temeroso em relação aos demais deputados da base governista. Lamentou a corrupção a nível federal. Ubiratan disse que a formula proposta é prejudicial, entendendo que a população e os vereadores devem estar atentos a posição final e de como irão votar os deputados. Entende que devam ser alteradas as regras que beneficiam grandes salários, sem penalizar quem recebe o salário mínimo indispensável para subsistência de muitas famílias. Luciano – disse ser inaceitável a mudança proposta na previdência, e que fara uma cobrança incisiva nos deputados que receberam apoio no município para que posicionem-se contrário na hora de votar. Cesar Madrid – disse que sua posição é contrária, lamentando que os deputados discursam de uma forma e agem de outra e, que provavelmente não apoie nenhum deputado na próxima eleição. Quanto a posição do CPERGS não houve golpe, quem convidou o vice foi o partido dos trabalhadores. Leandro – dizendo que existem tratamento diferenciados onde presidiários possuem maior direitos que os trabalhadores rurais, que trabalham de sol a sol, lamentando tal fato, posicionando-se contrário a qualquer

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, SALVE UMA VIDA!”



CÂMARA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

redução de direitos dos agricultores. Silvio – lamentou as políticas que restringem menores a trabalhar e tiram direitos dos trabalhadores rurais, devendo haver uma cobrança sobre os deputados, para votação contrária as ações e mudanças que prejudiquem os agricultores. Erroldisnei – alertou para formas de votação, muitas acabam ocorrendo sem a participação ou conhecimento popular. Frente municipal de defesa da previdência – sendo a primeira reunião na próxima quarta – feira as treze horas. Nada mais havendo declarou encerrada a presente audiência pública a, a qual, será assinada pelo presidente Erroldisnei Borges, sendo que os demais presentes constam de livro de presença próprio da Câmara. #####


ERROLDISNEI BORGES DE BORGES
Presidente

Pochmann Kollmer - 2002 20/10/2011
 Kollmer 10/10/11 - 20/10/11
 17/10/11 - 20/10/11

- 01. Examine Small Items
- 02. Examine Moulded Items
- 03. Examine Small Items
- 04. Examine Moulded Items
- 05. Examine Moulded Items
- 06. Examine Moulded Items
- 07. Examine Moulded Items
- 08. Examine Moulded Items
- 09. Examine Moulded Items
- 10. Examine Moulded Items
- 11. Examine Moulded Items
- 12. Examine Moulded Items
- 13. Examine Moulded Items
- 14. Examine Moulded Items
- 15. Examine Moulded Items
- 16. Examine Moulded Items
- 17. Examine Moulded Items
- 18. Examine Moulded Items
- 19. Examine Moulded Items

20. Examine
 21. Examine
 22. Examine

- 23. Examine Moulded Items
- 24. Examine Moulded Items
- 25. Examine Moulded Items
- 26. Examine Moulded Items
- 27. Examine Moulded Items
- 28. Examine Moulded Items
- 29. Examine Moulded Items
- 30. Examine Moulded Items
- 31. Examine Moulded Items
- 32. Examine Moulded Items
- 33. Examine Moulded Items
- 34. Examine Moulded Items
- 35. Examine Moulded Items
- 36. Examine Moulded Items
- 37. Examine Moulded Items
- 38. Examine Moulded Items
- 39. Examine Moulded Items
- 40. Examine Moulded Items
- 41. Examine Moulded Items
- 42. Examine Moulded Items
- 43. Examine Moulded Items
- 44. Examine Moulded Items
- 45. Examine Moulded Items
- 46. Examine Moulded Items
- 47. Examine Moulded Items
- 48. Examine Moulded Items
- 49. Examine Moulded Items
- 50. Examine Moulded Items
- 51. Examine Moulded Items
- 52. Examine Moulded Items
- 53. Examine Moulded Items
- 54. Examine Moulded Items
- 55. Examine Moulded Items
- 56. Examine Moulded Items
- 57. Examine Moulded Items
- 58. Examine Moulded Items
- 59. Examine Moulded Items
- 60. Examine Moulded Items
- 61. Examine Moulded Items
- 62. Examine Moulded Items
- 63. Examine Moulded Items
- 64. Examine Moulded Items
- 65. Examine Moulded Items
- 66. Examine Moulded Items
- 67. Examine Moulded Items
- 68. Examine Moulded Items
- 69. Examine Moulded Items
- 70. Examine Moulded Items
- 71. Examine Moulded Items
- 72. Examine Moulded Items
- 73. Examine Moulded Items
- 74. Examine Moulded Items
- 75. Examine Moulded Items
- 76. Examine Moulded Items
- 77. Examine Moulded Items
- 78. Examine Moulded Items
- 79. Examine Moulded Items
- 80. Examine Moulded Items
- 81. Examine Moulded Items
- 82. Examine Moulded Items
- 83. Examine Moulded Items
- 84. Examine Moulded Items
- 85. Examine Moulded Items
- 86. Examine Moulded Items
- 87. Examine Moulded Items
- 88. Examine Moulded Items
- 89. Examine Moulded Items
- 90. Examine Moulded Items
- 91. Examine Moulded Items
- 92. Examine Moulded Items
- 93. Examine Moulded Items
- 94. Examine Moulded Items
- 95. Examine Moulded Items
- 96. Examine Moulded Items
- 97. Examine Moulded Items
- 98. Examine Moulded Items
- 99. Examine Moulded Items
- 100. Examine Moulded Items

000080

000081

66. Chief Justice
 67. Justice
 68. Justice
 69. Justice
 70. Justice
 71. Justice
 72. Justice
 73. Justice
 74. Justice
 75. Justice
 76. Justice
 77. Justice
 78. Justice
 79. Justice
 80. Justice
 81. Justice
 82. Justice
 83. Justice
 84. Justice
 85. Justice
 86. Justice
 87. Justice
 88. Justice

66. Justice
 67. Justice
 68. Justice
 69. Justice
 70. Justice
 71. Justice
 72. Justice
 73. Justice
 74. Justice
 75. Justice
 76. Justice
 77. Justice
 78. Justice
 79. Justice
 80. Justice
 81. Justice
 82. Justice
 83. Justice
 84. Justice
 85. Justice
 86. Justice
 87. Justice
 88. Justice

000088

90	Alfonso de Barros	113	Alfonso de Barros
91	Alfonso de Barros	114	Alfonso de Barros
92	Alfonso de Barros	115	Alfonso de Barros
93	Alfonso de Barros	116	Alfonso de Barros
94	Alfonso de Barros	117	Alfonso de Barros
95	Alfonso de Barros	118	Alfonso de Barros
96	Alfonso de Barros	119	Alfonso de Barros
97	Alfonso de Barros	120	Alfonso de Barros
98	Alfonso de Barros	121	Alfonso de Barros
99	Alfonso de Barros	122	Alfonso de Barros
100	Alfonso de Barros	123	Alfonso de Barros
101	Alfonso de Barros	124	Alfonso de Barros
102	Alfonso de Barros	125	Alfonso de Barros
103	Alfonso de Barros	126	Alfonso de Barros
104	Alfonso de Barros	127	Alfonso de Barros
105	Alfonso de Barros	128	Alfonso de Barros
106	Alfonso de Barros	129	Alfonso de Barros
107	Alfonso de Barros	130	Alfonso de Barros
108	Alfonso de Barros	131	Alfonso de Barros
109	Alfonso de Barros	132	Alfonso de Barros
110	Alfonso de Barros	133	Alfonso de Barros
111	Alfonso de Barros	134	Alfonso de Barros
112	Alfonso de Barros	135	Alfonso de Barros

00085

160	União Nacional	169	União dos Sentidos
161	União Nacional	170	União Nacional
162	União Nacional	171	União Nacional
163	União Nacional	172	União Nacional
164	União Nacional	173	União Nacional
165	União Nacional	174	União Nacional
166	União Nacional	175	União Nacional
167	União Nacional	176	União Nacional
168	União Nacional	177	União Nacional
169	União Nacional	178	União Nacional
170	União Nacional	179	União Nacional
171	União Nacional	180	União Nacional
172	União Nacional	181	União Nacional
173	União Nacional	182	União Nacional
174	União Nacional	183	União Nacional
175	União Nacional	184	União Nacional
176	União Nacional	185	União Nacional
177	União Nacional	186	União Nacional
178	União Nacional	187	União Nacional
179	União Nacional	188	União Nacional
180	União Nacional	189	União Nacional
181	União Nacional	190	União Nacional

000087

000086

185 David Maxwell

186 The

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

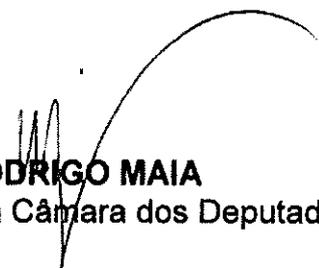


PRESIDÊNCIA/SGM

Ofício n. 137/2017/SCV, da Câmara Municipal de Vereadores de Canguçu, do Estado do Rio Grande do Sul. Moção de Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n. 287/2016, que "Altera os artigos 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências".

Em 31/03/2017

Encaminhe-se, por cópia, à Comissão Especial destinada a apreciar a PEC 287/2016. Publique-se. Arquive-se.



RODRIGO MAIA

Presidente da Câmara dos Deputados

